

De olho na rua



Coleção
ANTROPOLOGIA SOCIAL
diretor: Gilberto Velho

- **O Riso e o Risível**
Verena Alberti
- **Antropologia Cultural**
Franz Boas
- **O Espírito Militar**
- **Evolucionismo Cultural**
- **Os Militares e a República**
Celso Castro
- **Da Vida Nervosa**
Luiz Fernando Duarte
- **Bruxaria, Oráculos e Magia
entre os Azande**
E.E. Evans-Pritchard
- **Garotas de Programa**
Maria Dulce Gaspar
- **Nova Luz sobre
a Antropologia**
- **Observando o Islã**
Clifford Geertz
- **O Cotidiano da Política**
Karina Kuschnir
- **Cultura: um Conceito
Antropológico**
Roque de Barros Laraia
- **Autoridade & Afeto**
Myriam Lins de Barros
- **Guerra de Orixá**
Yvonne Maggie
- **De Olho na Rua**
Julia O'Donnell
- **A Teoria Viva**
Mariza Peirano
- **Cultura e Razão Prática**
- **História e Cultura**
- **Ilhas de História**
Marshall Sahlins
- **Os Mandarins Milagrosos**
Elizabeth Travassos
- **Antropologia Urbana**
- **Desvio e Divergência**
- **Individualismo e Cultura**
- **Projeto e Metamorfose**
- **Rio de Janeiro: Cultura,
Política e Conflito**
- **Subjetividade e Sociedade**
- **A Utopia Urbana**
Gilberto Velho
- **Pesquisas Urbanas**
Gilberto Velho e Karina
Kuschnir
- **O Mistério do Samba**
- **O Mundo Funk Carioca**
Hermano Vianna
- **Bezerra da Silva:
Produto do Morro**
Leticia Vianna
- **O Mundo da Astrologia**
Luís Rodolfo Vilhena
- **Sociedade de Esquina**
William Foote Whyte

Julia O'Donnell

De olho na rua

A cidade de João do Rio



ZAHAR

Jorge Zahar Editor

Rio de Janeiro

Copyright © 2008, Julia O'Donnell

Copyright desta edição © 2008:

Jorge Zahar Editor Ltda.
rua México 31 sobreloja
20031-144 Rio de Janeiro, RJ
tel.: (21) 2108-0808 / fax: (21) 2108-0800
e-mail: jze@zahar.com.br
site: www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.

A reprodução não-autorizada desta publicação, no todo
ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Capa: Míriam Lerner

(entra ficha catalográfica)

“O que a criança (e na lembrança esmaecida, o homem) encontra nas dobras dos velhos vestidos, nas quais ela se comprimia ao agarrar-se às saias da mãe – eis o que essas páginas devem conter.”

WALTER BENJAMIN

“En ese instante gigantesco, he visto millones de actos deleitables o atroces; ninguno me asombró como el hecho de que todos ocuparan el mismo punto, sin superposición y sin transparencia. Lo que vieron mis ojos fue simultáneo: lo que transcribiré, sucesivo, porque el lenguaje lo es.”

JORGE LUIS BORGES



PIANOS
E
MUSICAS
1884

Sumário

Prefácio, Gilberto Velho 9

INTRODUÇÃO: Algumas questões sobre *chauffeurs* e ruas de outrora 11

O etnógrafo e seus nativos 14

Por uma antropologia urbana 16

A rua, o passado e a ficção 21

Apologias a João do Rio 25

1 ~ O ETNÓGRAFO E SEU CAMPO 31

A República: um espetáculo à espera de atores 31

A cidade como causa 36

De olho na rua: a sociabilidade como jogo urbano 59

Quando a rua fala: jornalismo e campo literário na belle époque carioca 72

2 ~ A ETNOGRAFIA URBANA DE JOÃO DO RIO 87

Desvendando campos, diários e temperamentos: uma antropologia inominada 87

As religiões do Rio 103

Uma etnografia de urbana sensibilidade 111

O objeto mora ao lado: considerações sobre alteridade e proximidade 122

3 ~ AS HISTÓRIAS QUE AS CALÇADAS CONTAM:

A PRÁXIS URBANA E O FAZER DA CIDADE 129

Indivíduo e sociedade na avenida Central 129

Cenas citadinas e padrões urbanos 138

Uma arqueologia dos sentidos 143

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Da modernidade e seus castelos 165

Notas 181

João do Rio em seu tempo – uma cronologia 188

Referências bibliográficas 194

Agradecimentos 201

Prefácio

De olho na rua: A cidade de João do Rio teve como origem a dissertação de mestrado de Julia O'Donnell, defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ.

O livro aponta e analisa a dimensão etnográfica da obra de João do Rio. Toma o seu trabalho como manifestação de práticas de observação como fonte de conhecimento, a exemplo do que acontecia na Europa e nos Estados Unidos. Aproximadas das linhas de investigação desenvolvidas no Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade de Chicago na mesma época. Assim, João do Rio é percebido como um pesquisador do meio urbano e da sociedade carioca então em rápida transformação. O cronista e escritor falava da *alma das ruas*. Tanto ele, como o cientista social norte-americano Robert Park, líder da chamada Escola de Chicago e influenciado por Georg Simmel, viam a cidade como expressão e produtora de estilos de vida e visões de mundo. Ambos faziam parte da intelligentsia internacional, que vivia e observava as grandes mudanças que se passavam a sua volta, afetando indivíduos, grupos e classes sociais.

Como jornalista que era, João do Rio, particularmente, desenvolveu uma *sensibilidade etnográfica* que lhe permitiu captar vários mundos pelos quais transitava no Rio de Janeiro de sua época. Dessa forma, foi capaz de perceber e descrever com brilhantismo a complexidade e heterogeneidade da cidade que cresce, muda e se diversifica. A então capital republicana inseria-se, cada vez mais, no mundo moderno transformando-se aceleradamente. Intervenções urbanas, derrubada de prédios, remoção de populações, abertura de ruas e avenidas, introdu-

ção de novas tecnologias e injeção de recursos alteravam a sua fisionomia e modo de vida. Certas categorias sociais beneficiavam-se do progresso enquanto outras eram por ele atropeladas e, eventualmente, marginalizadas. Também novos papéis e categorias sociais aparecem nesse contexto. Tudo isso é objeto da atenção do escritor, jornalista e pesquisador João do Rio. Através de arguto trabalho de investigação, intui fronteiras e analisa trânsitos entre os diferentes mundos e segmentos deste novo quadro urbano.

Assim Julia O'Donnell, de um modo claro e objetivo, analisa essa dimensão da obra de João do Rio, autor cada vez mais em evidência, apontando para sua originalidade como escritor e pesquisador da cidade e da modernidade, a partir do Rio de Janeiro.

De olho na rua é, portanto, uma preciosa contribuição aos estudos urbanos, através de um feliz encontro entre antropologia, sociologia e história. Certamente será uma referência importante para toda essa área interdisciplinar.

GILBERTO VELHO

INTRODUÇÃO: Algumas questões sobre *chauffeurs* e ruas de outrora

“Nesta época tão curiosa, quando já começamos a necessitar de retratos de pessoas, de suas mentes e de sua indumentária, um contorno fiel, desenhado sem maestria, porém com honestidade, é bem capaz de ter algum valor.”

VIRGINIA WOOLF

No dia 24 de junho de 1921, o Rio de Janeiro acordou diante da seguinte notícia, glosada pelos principais jornais da cidade: “Uma notícia desoladoramente triste veio surpreender, ontem, à noite, quantos trabalhavam nesta casa – o passamento de João Paulo Barreto, ou melhor ‘João do Rio’” (*A Razão*, 24 jun 1921).

Quasi á meia-noite, uma telephonada annunciava-nos que Paulo Barreto, em caminho para casa, em um automóvel, se sentira mal e que fora conduzido a sede do 6º districto policial, de onde já haviam chamado uma ambulância da Assistência Pública para socorrer o illustre enfermo; e três minutos depois, quando um de nossos companheiros descia já as escadas para ir, de nossa parte, levar-lhe uma palavra de affetuoso conforto, outra telephonada tiniu com a notícia de sua morte (*O Paiz*, 24 jun 1921).

Dois dias depois, outro evento superava em espetáculo e comoção a própria morte do conhecido jornalista – seu sepultamento:

Das janelas da redação de *A Pátria* a massa popular conglomerada na avenida, á espera do saimento fúnebre, apparecia impotente.

Quantos milheiros de pessoas se comprimiam ali, ao sol, de pé? O vozeio da multidão subia em ondas, de som, como marulho de águas revoltas. O trânsito de vehiculos interrompera-se. Mais tarde, das janelas superiores do palácio Monroe, o espetáculo era ainda mais bello: toda a curva immensa da Avenida á Beira Mar, desde a sua conjucção com a Rio Branco, até o extremo da Gloria e ao Russel, ondeava-se, agitava-se, em formigamento de gente. Homens, mulheres, gente modesta vestindo roupas de todo o dia, cavalheiros de lucto, senhoras trajando sedas negras, dir-se-hia que toda a população da cidade se fora portar nas ruas por que passaria o préstito, para prestar a Paulo Barreto as homenagens do seu carinho e da sua admiração. ... Infelizmente, a polícia desta capital, provou hontem, definitivamente, a sua inegalável, perfeita, inxedível incompetencia. O número de guardas e agentes enviados para o local era ridiculamente insufficiente, não chegando talvez a trinta as autoridades incumbidas de reter e dirigir as muitíssimas dezenas de milhares de pessoas. ... Os *chauffeurs* prestaram todas as homenagens que puderam ao seu saudoso defensor e amigo. Não só as associações da classe mandaram depositar coroas sobre o féretro, como os proprietários de autos deram passagem gratuita, de todos os pontos da cidade á avenida, aos que pretendiam associar-se á tocante homenagem (*O Paiz*, 27 jun 1921).

Ao leitor dos dias de hoje os trechos possivelmente não causem muito estranhamento. Acostumado à vida urbana e seus aparatos ele atentaria, com curiosidade, para a linguagem datada, para a dimensão do evento narrado e para as tantas e exaltadas referências a uma personagem hoje tão desconhecida. Mas uma leitura minuciosa e, principalmente, contextualizada das notícias nos permite um exercício mais frutífero que a simpatia anedótica que elas nos suscitam. No vaivém entre texto e contexto é possível ultrapassar a familiaridade aparente para pinçar, aqui e acolá, os elementos que tornaram o evento digno

de menção (e destaque) entre seus contemporâneos.* Ou, para falar em termos antropológicos, entre seus nativos.

O falecimento deu-se num *automóvel* e foi divulgado por *telefone*. A narrativa foi veiculada pela *imprensa*, que registrou cerca de 100 mil pessoas** seguindo o cortejo fúnebre pelas *ruas* do Rio de Janeiro. A *massa popular* bloqueava o *trânsito* da cidade enquanto *policiais* tentavam conter o transtorno. Os relatos que permitem acessar os acontecimentos relativos à morte de João do Rio apresentam um ritual que, em todos os seus aspectos (cenário, linguagem, comportamento social), não deixa dúvidas sobre sua natureza: tratou-se de uma circunstância genuinamente urbana. Toda a seqüência de fatos, desde a morte até a notícia do enterro, deu-se conforme uma maneira peculiar de apreensão, construção e recorte da realidade indissociável do cenário que a abrigava. A cidade, para além de suas especificidades econômicas ou espaciais, garantiu que a despedida de Paulo Barreto se desse conforme um *estilo de vida urbano*. As “vozes” que hoje nos falam sobre os referidos eventos compõem uma narrativa na qual acontecimentos factuais e questões da experiência urbana se fundem numa mesma trama.

Uma vez dispostos a desnaturalizar o cenário da cidade, tratando a circunstância com a alteridade que sua compreensão profunda demanda, nos vemos em meio ao complexo universo da sociabilidade carioca do princípio do século XX, marcado pela novidade de um sistema político (a República) e de um espaço em intensa transformação (o urbano). Assim, é possível refletir sobre as reais dimensões e significados de uma concentração de 100 mil pessoas dentre uma população de cerca de 1 milhão

* Valho-me do “método antropológico da história”, proposto por Robert Darnton, em *O grande massacre de gatos* (p.xvii), segundo o qual cabe ao historiador “descobrir a dimensão social do pensamento e extrair a significação de documentos, passando do texto ao contexto e voltando ao primeiro, até abrir caminho através de um universo mental estranho”.

** Número estimado pelas autoridades policiais, segundo divulgado pelos periódicos no dia seguinte ao enterro.

de habitantes em torno do adeus a um jornalista. Só desta forma podemos ler as notícias acima com a relevância que o evento tinha em seu contexto e, assim, compreender o destaque dado a ele pela imprensa.

O etnógrafo e seus nativos

João do Rio é o pseudônimo pelo qual ficou conhecido Paulo Barreto. Nascido em 5 de agosto de 1881, esse carioca de origem, nome e instinto foi um dos mais proeminentes jornalistas de seu tempo, deixando uma obra vasta e de difusas fronteiras com a literatura. Autodidata, Paulo Barreto teve apenas uma breve passagem pela escola. Sua escrita, inovadora na forma e no conteúdo dentro do campo literário brasileiro, fazia-se a partir da sua larga erudição, que incluía desde autores da tradição naturalista européia até nomes da filosofia grega, passando por uma especial afeição ao decadentismo de Oscar Wilde. João do Rio tinha no jornalismo sua profissão, o que o diferenciava da esmagadora maioria de seus predecessores (como Machado de Assis, Aloísio Azevedo, Olavo Bilac e tantos outros) que viam as redações como um complemento financeiro às suas atividades principais como funcionários públicos, advogados etc. Ao todo foram 22 anos dedicados à publicação de artigos que, geralmente na forma de crônicas, registravam suas atividades como correspondente internacional, observador do cotidiano da cidade e crítico teatral e literário.

Mas falar em Paulo Barreto não significa fazer menção apenas à sua prolixidade profissional. Para além de sua (merecida) fama como jornalista que, como veremos mais adiante, alterou muitos dos padrões da profissão no país, sua figura era parte da paisagem social da belle époque carioca, numa presença sempre marcada pela polêmica. Mulato, calvo, gordo e homossexual, a personagem João do Rio descolou-se de sua matriz biográfica

(Paulo Barreto) e garantiu espaço no inventário de seu tempo. Com seus fraques sempre verdes, sua presença era indisfarçável e seu público jamais era neutro. Odiados ou amados, respeitados ou desprezados, João do Rio e sua obra devem ser analisados sempre nos termos de sua simbiose.

Paulo Barreto morreu da mesma forma como viveu e escreveu. Rodeado dos aparatos materiais, ideológicos e sociais da vida nas grandes cidades, o autor fez do urbano seu mote único e inesgotável, e sua própria imagem pública era uma alegoria do ethos da metrópole. Em sua obra, em sua biografia e, como vimos, também em sua morte, o urbano extrapolava em muito a condição de adjetivo, constituindo a própria *visão de mundo* do cronista e do hábitat que registrava. O ritmo, a sensorialidade, as técnicas e as sociabilidades que regiam a vida da capital da República nas primeiras décadas do século XX são o Rio de Janeiro que Paulo Barreto deixou à posteridade.

Imerso com encantamento e crítica no processo de crescimento da cidade no período, o autor nos oferece uma visão dos aspectos mais sensíveis (e por isso menos acessíveis) da urbanização do espaço da cidade e de seus habitantes. A minúcia com que são bordados detalhes referentes a essa temática revela, nesse autor, o que denomino como um *temperamento etnográfico*. O estranhamento com que ele se postava diante do observado fez com que, em seus textos, a modernidade ganhasse contornos humanos em expressões, gestos e valores da intersubjetividade que circulava nas ruas de calçamento ainda fresco. Em suas crônicas é exaltada a faceta mais carnal da urbes que, para além dos transeuntes, revelava ter indivíduos que agiam, cada vez mais, conforme novos modelos de interação.

As peculiaridades do olhar lançado por João do Rio ao seu arredor mostram um aguçado senso de percepção das relações sincrônicas, tão caro à epistemologia do trabalho etnográfico. Suas crônicas podem, nesse sentido, ser lidas como um exemplo legítimo de *descrição densa*, para usar o termo do antropólogo

norte-americano Clifford Geertz na definição do esforço intelectual empregado na aventura etnográfica.¹ Com seu “trabalho de campo” nas ruas do Rio de Janeiro, feito de intensa observação participante, João do Rio nos oferece um rico material etnográfico que nos permite inferir acerca dos pormenores sensitivos do constructo republicano: o *homo urbanus* tropical.

O cronista, nosso etnógrafo. Suas crônicas, nosso diário de campo. Ao utilizar os textos selecionados dentro dessa chave analítica, temos um espaço reflexivo para pensar a urbanização do Rio de Janeiro sob prismas muitas vezes negligenciados por análises históricas de olhar mais holista. Nesse sentido, nosso foco recai sobre os aspectos cotidianos das transformações do período, atentando para a sociabilidade do homem cidadão, agora feito transeunte, no espaço público da “belle époque tropical”.* A rua, primeira-dama do palco republicano, emerge então como nossa protagonista nessa antropologia fundamentalmente urbana e de franca preocupação com as questões a que se referem os estudos acerca das sociedades complexas.

Por uma antropologia urbana

São muitas as metrópoles cujo crescimento transbordou para páginas ilustres sob a forma de uma nova sensibilidade, sob o olhar de um novo indivíduo. A Viena de Freud, a Paris de Baudelaire, a Lisboa de Pessoa, a Londres de Virginia Woolf, Dickens e Poe, e (por que não?) o Rio de João do Rio. Inúmeros autores fizeram da cidade sua musa e, numa involuntária etnografia rica em detalhes descritivos e sensitivos, versaram sobre as angústias e prazeres a que ficavam submetidos seus eus-líricos. Como metonímias do homem que passava a responder por “cidadão”, “indivíduo”, “pessoa pública”, “pedestre”, “motorista” etc., suas

* Empréstimo do termo do título da obra de Jeffrey Needel, *Belle époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*.

personagens viam surgir diante de si, não sem espanto ou desconforto, o desafio de novos papéis sociais.

Se a literatura rapidamente incorporou as tensões que definiam o novo universo social, as ciências sociais não tardariam a encontrar ali um inesgotável manancial. A Revolução Industrial impulsionou a configuração de um tipo de sociedade marcado pela divisão do trabalho, pela crescente produção e consumo, pelo fluxo de correntes migratórias e pelo rápido adensamento populacional. As ditas “sociedades industriais moderno-contemporâneas” encontraram na cidade metropolitana o lugar dessas transformações, fazendo dela o centro de produção de novos padrões de interação social. Em fins do século XIX, a cidade entraria definitivamente para o elenco das grandes questões do pensamento social. A *questão urbana* despontava, assim, como rico objeto, uma vez que “a Revolução Industrial e o Estado moderno, na sua emergência e consolidação, instituíram complexos sistemas de controle e disciplinamento, traçando novos mapas de orientação sociocultural, por sua vez associados a modelos específicos de individualidade”.² O *homo urbanus*, espécie marcada pela assimilação dos novos padrões materiais e comportamentais, ganhava espaço nas ciências humanas. E com a antropologia não seria diferente.

Ambiente urbano e etnografia já são velhos e bons conhecidos. A afirmação pode parecer desnecessária àqueles familiarizados com a convivência natural entre cidade e antropologia, mas é importante frisar que esta relação tem um ponto de origem bem marcado nesta disciplina por tanto tempo definida pelo estudo de povos “primitivos” e distantes. A alteridade aplicada ao ambiente cotidiano do pesquisador, longe de ser uma obviedade ontológica, nasceu como prática em um grupo de pesquisadores que, no início do século XX, propôs-se a fazer de Chicago seu laboratório – ou campo – etnográfico.

A cidade norte-americana era, desde a segunda metade do século XX, um importante pólo imigratório e apresentava im-

pressionantes marcas de crescimento. A rápida transformação humana e geográfica de Chicago acarretava problemas como altos índices de criminalidade e necessidade de rápida assimilação de estrangeiros. Essas questões marcaram a produção de sua universidade que, fundada em 1892, viria a ser um importante centro de referências nos mais variados aspectos dos estudos urbanos.

Foi neste ambiente que um grupo de pesquisadores do Departamento de Sociologia e Antropologia,^{* 3} partindo da cidade como tema, desenvolveu, ineditamente, métodos qualitativos voltados à investigação empírica, ao trabalho de campo e ao uso de fontes documentais aplicados aos estudos urbanos. É importante lembrar que, apesar de estarem institucionalmente vinculados à sociologia, os pesquisadores do departamento que se voltavam às questões urbanas levavam a cabo um estudo de natureza fundamentalmente antropológica. Fortemente influenciados pela sociologia alemã e, especialmente, pela leitura da obra de Georg Simmel, o círculo que ficou conhecido como “a Escola de Chicago” desenvolveu trabalhos que levaram a cidade para o primeiro time dos objetos sociais. Num diálogo com a antropologia, esses sociólogos mudaram definitivamente as premissas “primitivistas” que até então demarcavam o território da disciplina. Ainda hoje, os trabalhos pioneiros de Robert Park, William Thomas, Ernest Burgess e seus alunos (como Everett Hughes, Anselm Strauss, Louis Wirth, Howard Becker e Erving Goffman, para citar apenas alguns) são referenciais insubstituíveis ao estudo de contextos urbanos.

Dentre os marcos dos estudos da cidade pelas ciências sociais é impossível não mencionar os trabalhos de Simmel que, além do legado aos autores de Chicago, chega-nos diretamente

* A separação disciplinar, que originaria o Departamento de Antropologia propriamente dito, ocorreu somente em 1929. A desmarginalização institucional da antropologia deu-se no bojo dos estudos de Robert Redfield naquela universidade, que propuseram um novo padrão na relação com a sociologia.

com textos que lidam de forma clara e inspiradora com o contexto moderno-contemporâneo. Escritas na virada do século XIX para o XX, suas reflexões aplicam-se sem anacronismo às análises recentes acerca da temática das sociedades complexas. Em “A metrópole e a vida mental”, artigo fundador, o sociólogo alemão lançou as premissas básicas para a reflexão sobre o espaço urbano enquanto objeto, tratando de temáticas ainda hoje imprescindíveis ao pesquisador da cidade. Os problemas da *fragmentação*, da *diferenciação de papéis* e de *domínios*, ali desenvolvidos, norteiam as peculiaridades da vida na metrópole, dando espaço à reflexão sobre a vida psicológica individual dos habitantes. Nesse sentido, há nesse artigo (e na obra de Simmel como um todo), uma riquíssima fonte para pensarmos a dinâmica indivíduo/sociedade que, numa relação dialética, aparecem para esse autor como uma díade que se constrói e reconstrói mutuamente. Entre a “cultura objetiva” dos aparatos da vida urbana e a “cultura subjetiva” das expressões individuais estaria, na perspectiva simmeliana, a relação que serviria de base para as interações sociais nas cidades, um contexto tão marcado pela *heterogeneidade*. Simmel, com sua vasta obra acerca de temas como a cidade, o moderno, as relações entre homem e espaço, as redes de sociabilidade e os temas clássicos da temática cotidiana (como moda, coqueteria, destino, sensorialidade etc.), desponta como um interlocutor primordial na busca pela incipiente modernidade carioca e as formas de estar no mundo que ela oferecia.

Robert Park, lembrado acima como um dos fundadores da Escola de Chicago, também pensou a cidade enquanto relação indissociável entre homem e espaço, indivíduo e sociedade, e teve muitas vezes sua obra classificada como “ecologia humana”. Num artigo clássico, o autor norte-americano refletiu sobre a mobilidade que a cidade impõe a seus habitantes e, num desdobramento do que foi sugerido por Simmel, viu entre organização física da cidade e a *organização moral*, a que estão submetidas as pessoas, uma interação de mútua determinação.⁴

Georg Simmel e Robert Park escreveram em momentos de profunda transformação de suas cidades, e suas análises são, além de sofisticados trabalhos intelectuais, testemunhos da implementação de um novo modo de vida, fruto do crescimento urbano a que assistiam. A Berlim de Simmel e a Chicago de Park serviram, portanto, como pontos de partida para questionamentos que, extrapolando as fronteiras das próprias cidades, serviriam a uma tradição de estudos a que, hoje, chamamos de antropologia urbana. Assim como eles, João do Rio, nosso etnógrafo *honoris causa*, também documentava e refletia sobre a urbanização de sua cidade, atentando para as transformações que esse processo provocava nos habitantes, seus costumes, suas interações e, em suma, sua sociabilidade. Não é irrelevante que, além da temática e do contexto, João do Rio coincida também temporalmente com Simmel e Park. Seus métodos de observação e descrição de sensibilidade etnográfica vieram à luz justamente no período em que surgia, em Chicago, a idéia de cidade como laboratório para a etnografia. Essa coincidência temática e temporal revela que a obra do cronista carioca apresenta uma forte ligação com a antropologia das grandes cidades, tanto nos assuntos por ele escolhidos como na narrativa por ele desenvolvida.

Além desses dois interlocutores, autores como Alfred Schutz – que nos ajuda a pensar a realidade sociocultural em termos fenomenológicos, ressaltando os aspectos intersubjetivos da experiência cotidiana – e Norbert Elias – que com seus escritos acerca da civilidade como produto histórico e passível de análise crítica emerge como interlocutor privilegiado na compreensão do moderno brasileiro como *modus vivendi* – são igualmente centrais nessa análise da obra de João do Rio como etnografia carioca. Não podemos esquecer, tampouco, a tradição da antropologia brasileira, que desde a década de 1970 apresenta importantes trabalhos na área dos estudos urbanos. Parte dessa “antropologização” dos estudos das cidades no Brasil foi

a redescoberta dos trabalhos de Gilberto Freyre, no início dos anos 1980. Nos anos 1930, o autor pernambucano já fazia da problemática urbana uma temática central, e em *Sobrados e mucambos* (1936), a temática da rua assumia um lugar privilegiado na análise da decadência do patriarcado rural. Com sua análise acerca da sociedade brasileira em processo de urbanização, modernização e restabelecimento de hierarquias, este é também um autor primordial no diálogo com a obra de João do Rio, tão marcada pelo contexto tratado por Freyre no referido trabalho e, também, em *Ordem e progresso* (1959).

Assim, situo as crônicas de João do Rio no âmbito de uma ampla tradição de pesquisas e reflexões sobre o ambiente urbano, de cujo início ele é contemporâneo. Apesar de cada um dos autores tratados referir-se a um contexto (ou mesmo uma cidade) específico, o diálogo entre diferentes escolas e momentos do pensamento antropológico com os textos do cronista se torna frutífero por trabalharem, todos, sobre uma conjuntura associada ao desenvolvimento de um mercado internacional feito de intensas trocas materiais e simbólicas. João do Rio, assim como os pensadores mencionados, baseia seus escritos num quadro no qual a “interação intensa e permanente entre atores variados, circulando entre mundos e domínios, num espaço social e geograficamente delimitado, é um dos seus traços essenciais”: a cidade moderno-contemporânea.⁵

A rua, o passado e a ficção

No campo minado das determinações de fronteiras disciplinares, a antropologia tem brigado pela definição de seus contornos em função de uma prática que se revela, ao mesmo tempo, uma premissa teórica – o trabalho de campo. Desde Malinowski e o estabelecimento da “tirania” da observação participante, o método de coleta de dados por meio da imersão no ambiente

estudado deixou de ser uma etapa do ofício do antropólogo para ser a coluna vertebral do *métier*.

Dentro dessa perspectiva, um trabalho antropológicamente orientado cujo objeto situa-se no passado (não podendo, portanto, ser “participantemente observado” nos moldes tradicionais) enfrenta o desafio de fazer da etnografia mais uma postura epistemológica do que um método prático. Com isso, ao eleger as ruas do Rio de Janeiro de um século atrás como campo, assumi como premissa a definição dada por Geertz, segundo quem “fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de ‘construir uma leitura de’) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios do comportamento modelado”.⁶ Desta maneira, a análise das crônicas escritas por João do Rio permite acessar a significação profunda dos dados que elas nos fornecem, de modo a compreender os códigos socioculturais vigentes que organizavam aquele grupo, naquele espaço, naquele tempo. Robert Darnton, historiador cujo estudo sobre a literatura francesa do Antigo Regime é muito influenciado pela antropologia hermenêutica de Geertz, nos lembra que essa transferência do método etnográfico para a pesquisa histórica, apesar de eliminar o contato direto com os nativos, não se faz com grande prejuízo. Segundo ele:

... não se deve imaginar que o antropólogo trabalhe facilmente com seu informante nativo. Ele também se depara com áreas de opacidade e silêncio, e tem de elucidar a interpretação que faz o nativo do pensamento dos outros nativos. A vegetação rasteira da mente pode ser tão impenetrável no campo quanto na biblioteca.⁷

Desta forma, a questão é levar à antropologia o que a historiografia sói chamar de “a crítica das fontes”, de modo a não mecanizar as versões dadas por João do Rio sobre a civilidade carioca de seu tempo. Trata-se, na realidade, de uma construção

consciente do cronista enquanto informante nesta etnografia feita, ainda segundo Darnton, de “perguntas novas ao material antigo”.⁸

Por outro lado, ao assumir a obra de João do Rio como uma etnografia das ruas do Rio de Janeiro no início do século XX, enfrentamo-nos com um texto etnográfico já pronto, feito da relação do autor com *seus* informantes, num trabalho de campo convencionalmente feito “ao vivo”. Isso impõe o desafio de uma “etnografia dupla”, feita em duas etapas – uma levada a cabo pelo jornalista nas ruas do Rio de Janeiro e outra feita retroativamente, sobre as crônicas. Nesse sentido, as crônicas analisadas – seja como relatos de um informante ou como narrativas etnográficas propriamente ditas – são construções deliberadas, conforme a idéia de que são ficções, no sentido de algo fabricado.⁹ O que permite essa reconstrução lógica porém parcial a que chamamos antropologia é a natureza crítica e descritiva das linhas deixadas por João do Rio, ou seu *temperamento etnográfico* – definido por sua postura de “estranhador” de seu próprio mundo.

Ao falar em *reavaliação funcional de categorias*, Marshall Sahlins toca justamente na problemática da cultura enquanto objeto da diacronia, sujeita às alterações impostas pelas inovações conjunturais. Esse instrumental teórico nos permite penetrar no universo simbólico de uma sociedade em intenso processo de transformação histórica, em que os signos da modernidade desafiavam as antigas categorias que ordenavam a vida social travestidos de aparatos urbanos. A ênfase na questão da prática faz com que, para esse antropólogo, a ação individual ganhe importante destaque. Com isso, também a dimensão cotidiana da vida, reino da *práxis*, tem papel central nessa sociologia situacional do significado aplicada à compreensão da mudança cultural. No caso das situações analisadas por João do Rio, nas quais são identificadas novas formas de sociabilidade à luz de um novo sistema de valores que, numa dinâmica peculiar, interagia com o antigo, é fundamental ver as formas culturais e as ações

cotidianas como um sistema binário de determinação recíproca. Ainda no campo dessa problemática, Sahlins dá outra importante contribuição com seu já conhecido conceito de *estrutura da conjuntura*, uma síntese situacional entre estrutura e evento que consiste na “realização prática das categorias culturais em um contexto histórico específico, assim como se expressa nas ações motivadas dos agentes históricos, o que inclui a microsociologia de sua interação”.¹⁰

Fazer das crônicas a via única de acesso ao universo do carioca do início do século XX impõe a inclusão de um segundo hífen à equação antropologia-história: a etnografia empreendida, além das especificidades de um campo feito de palavras escritas e de uma alteridade temporalmente determinada, desdobra-se num diálogo também com a idéia de ficção.

O trabalho de Carlo Ginzburg sobre Menocchio, um moleiro vítima da inquisição em Friuli, dá uma boa perspectiva para refletir sobre a validade de pesquisas empreendidas a partir da visão de mundo de um único indivíduo. Para o historiador italiano (que lida há tempos com a fronteira entre história e antropologia), a escolha de uma personagem narrativa não se baseia na hipótese de ela ser representativa de um dado grupo, e sim na certeza de que, por mais singular que seja sua perspectiva, esta se insere, inevitavelmente, dentro dos limites da cultura de seu tempo e de seu grupo social. Em suas palavras, “assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um”.¹¹ Desta forma, tanto Menocchio quanto João do Rio, apesar (ou por causa) de suas especificidades estilísticas e ideológicas, manipulavam de forma peculiar uma linguagem que, historicamente, estava à sua disposição.

O que entra em jogo nessa fronteira entre história, literatura e antropologia é a prática literária enquanto *práxis* social inserida na realidade sobre a qual discorre. Como afirma Adriana Facina,

“não se trata de negar a existência do talento individual, ou do gênio criador, mas sim de considerá-la parte da dinâmica social e, portanto, passível de ser analisada racionalmente”.¹² Nessa perspectiva, a obra autoral (seja ela etnográfica ou, como no caso das crônicas, literária) assume a feição de uma *interação* que ocorre em meio às dissonâncias do contexto cultural (e histórico) da qual é fruto. A literatura de João do Rio não é, portanto, pensada enquanto espelho do mundo social sobre o qual discorre, e sim como parte constitutiva deste e expressão de visões de mundo em torno das quais se conformavam determinados grupos sociais. No ziguezague entre ficção e realidade ou, se preferirmos, na dialética entre literatura e sociedade, as crônicas-reportagem exercem um papel mediador, situando-se entre o puramente simbólico e o puramente vivido. Sob esse ponto de vista pode-se afirmar que, sem dúvida, a literatura “é boa para pensar”.*